



Miragem de Livro, cintilação de Álbum: um breve estudo sobre as edições dos livros de Euclides da Cunha

Mirage of Book, Scintillation of Album: A Short Study on Euclides da Cunha Books' Editions

Camila Bylaardt Volker

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Acre / Brasil

camilabyla@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-7554-5406>

Resumo: O artigo discute o processo de montagem e edição dos livros *Contrastes e Confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907) e *À Margem da História* (1909), de Euclides da Cunha, através de documentos como cartas, prefácios e algumas das primeiras edições. O processo de montagem e edição desses livros é contraposto ao processo de produção da obra prima de Euclides, *Os Sertões* (1902). Utilizando um argumento de Roland Barthes, desenvolvido em *A preparação do romance* (2005), tensionamos essas produções em torno dos conceitos de livro e de álbum, refletindo sobre como as formas de edição de um livro são influentes no tornar-se obra dos livros.

Palavras-chave: Euclides da Cunha; Amazônia; Livro; Álbum; *Os Sertões*.

Abstract: The paper discusses the process of organization and edition of Euclides da Cunha's books *Contrastes e Confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907) and *À Margem da História* (1909), through documents like letters, prefaces and some of the first editions. The process of organization and edition of these books is opposed to the process of production of Euclides' masterpiece, *Os Sertões* (1902). Through an argument by Roland Barthes, developed in *A preparação do romance* (2005), we tension these productions around the concepts of book and album, pondering over how the forms of edition of a book influence the books' becoming.

Keywords: Euclides da Cunha; Amazon; Book; Album; *Os Sertões*.

O presente artigo discute os livros publicados por Euclides da Cunha (1866-1909) depois de *Os Sertões* (1902). Falaremos dos processos editoriais através dos quais três livros foram compostos: *Contrastes e Confrontos*, de 1907; *Peru versus Bolívia*, de 1907; e *A Margem da História*, de 1909. Talvez, para o leitor que conheça essas obras em seus formatos atuais, ou que não seja um especialista na obra euclidiana, a montagem e o estabelecimento desses livros possam parecer questões menores. No entanto, mesmo que sejam realmente, pretendemos mostrar como a montagem e a edição desses três livros são diferentes do modo de composição e edição de *Os Sertões*, fortalecendo a imagem de Euclides da Cunha como autor de um livro só, obviamente, o autor de *Os Sertões*.

Mesmo que o processo de composição de *Os Sertões* seja amplamente conhecido, cabe lembrar aqui alguns eventos fundamentais: Euclides da Cunha vai como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* para Canudos, acompanhando a quarta e a quinta expedição do Exército Brasileiro contra o povoado de Antônio Conselheiro em 1897. Depois de finalizada a missão, o autor assume um emprego como engenheiro em São José do Rio Pardo, onde teria escrito o livro. O autor conheceu três edições dessa obra e chegou a revisar detalhadamente a segunda e a terceira edições, circunstância que resultou no emblemático episódio das correções feitas por ele com nanquim e canivete em livros já impressos.

Aparentemente, os livros posteriores a *Os Sertões* não foram submetidos a um rigor tão expressivo. Nenhum deles, à exceção de *Peru versus Bolívia*, possui uma coesão temática: são todos compilações de artigos publicados em jornais. Por outro lado, todos eles contêm temas que tangenciam ou discutem a segunda experiência de campo de Euclides; enquanto a primeira e grande obra foi motivada pela viagem aos sertões, e as seguintes foram motivadas pela viagem para a Amazônia.

Mesmo antes de chegar à Amazônia, para onde o autor vai no final de 1904, *Os Sertões* já se apresenta como um livro totalizador, que o assombra, tanto pelas ideias ali contidas, que acabam se espalhando pela paisagem amazônica, num claro desejo de continuidade argumentativa, quanto pelo medo de não conseguir compor um novo “sertões” na (ou da) floresta. Em carta a Agustín de Vedia, de outubro de 1908, Euclides (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 384, grifo do autor) comenta:

A sua última carta deu-me, também, a notícia cativante, a encomenda de *Os Sertões*. Mas preciso dizer-lhe que não o mandei espontaneamente, porque aquele livro bárbaro de minha mocidade, monstruoso poema de brutalidade e de força – é tão distante da maneira tranquila pela qual considero hoje a vida, que eu mesmo às vezes custo a entendê-lo. Em todo o caso é o primogênito do meu espírito, e há críticos atrevidos que afirmam ser o meu *único* livro... Será verdade? Repugna-me, entretanto, admitir que tenha chegado a um ponto culminante, restando o resto da vida para descê-lo.

Se Euclides considerasse *Os Sertões* a sua obra prima, depois dela não lhe restaria senão a decadência. Era um livro escrito no fulgor de sua juventude, característica que não mais reconhecia em si – entre essa carta e a sua morte restariam apenas alguns meses. O temor de não escrever outra grande obra está ali estampado – alguns críticos tomariam *Os Sertões* como sua única obra, mesmo que ele já tivesse publicado outros livros –, porém, a forma dos seus outros livros é diferente da de *Os Sertões*. Apresentaremos, então, as diferenças formais.

O Relatório da Comissão Mista

Essa publicação é referente à viagem do autor para a Amazônia, realizada entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905. O “Relatório da Comissão Mista Brasileiro Peruana de Reconhecimento do Alto Purus” foi publicado pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro em 1906. O relatório é bilíngue, com exceção das “Notas Complementares”. Na edição da *Obra Completa*, estabelecida por Afrânio Coutinho, o relatório recebe o título de “Rio Purus”. O editor (CUNHA, 1966c, p. 681) comenta, em nota, sobre a edição:

Foram suprimidos, apenas, os primeiros parágrafos, relativos à organização e às instruções recebidas dos Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, bem como as cartas geográficas, os desenhos topográficos, os quadros estatísticos e grande parte dos dados numéricos, que perderam sua atualidade e que nenhum interesse oferecem para o leigo.

O estabelecimento dos textos euclidianos, feito por Afrânio Coutinho, e publicado pela editora Nova Aguilar, é a primeira reunião completa dos textos de Euclides, fazendo com que a edição assuma

um papel de referência para as edições posteriores da obra euclidiana. Dessa maneira, as supressões feitas pelo editor foram mantidas em edições seguintes, como a do Senado Federal. As edições suprimem os números e os desenhos, seguindo o julgamento de Coutinho, de que essas informações não seriam interessantes para um leitor leigo. Fica a pergunta: por que privilegiar os leitores leigos em uma obra de interesse tão específico?

Enquanto *Os Sertões* é seguidamente reeditado, cada vez com mais apuro em relação às edições corrigidas, as erratas, os mapas e os desenhos, não existe, por exemplo, uma edição das notas de campo, feitas durante a viagem ao rio Purus. O mapa do rio Purus também não foi incluído em edições póstumas. Essa falta de apreço editorial está presente inclusive nos prefácios, resenhas e artigos que acompanhavam as primeiras edições de *Contrastes e Confrontos*, *Peru versus Bolívia e A Margem da História*, que foram suprimidos nas edições seguintes. A edição mais recente de ensaios e inéditos de Euclides da Cunha, organizada por Leopoldo Bernucci, em 2018, não contempla esse relatório.

Contrastes e Confrontos

Contrastes e Confrontos foi montado a partir de textos que já haviam sido publicados em jornais. Composto de 29 artigos, a maioria deles publicada em *O Estado de São Paulo* ou *O País*, do Rio de Janeiro, entre 1894 (apenas dois artigos são do século XIX: “Anchieta”, publicado em 9 de junho de 1897, n.º *O Estado de São Paulo*, e “A Esfinge”, de 1894) e 1907. Os artigos referentes à Amazônia começam a aparecer em 1904, especificamente em 14 de maio. “Conflito Inevitável”, publicado em *O Estado de São Paulo*, inaugura uma série de artigos ligados à geopolítica da relação Brasil, Peru e Bolívia na fronteira do Acre. O livro, no entanto, é composto por uma miscelânea de temas, nacionais e internacionais, e refletem características de publicações jornalísticas: são temas da época, com anedotas localizadas, autores, relações e discussões que hoje podem nos parecer impertinentes ou pouco importantes, mas que estão em consonância com os debates de então.

Um desses debates, ignorado muitas vezes pela crítica euclidiana, é a relação entre a guerra dos Bothers, na África do Sul, e a, então iminente, guerra entre Brasil e Peru. Euclides fez pelo menos dois artigos alardeando um possível conflito armado entre esses dois países:

“Conflito Inevitável” e “Contra os caucheiros”, ambos publicados em *O Estado de São Paulo*. Como a guerra no continente africano era recente e levantou debates entre os intelectuais do mundo inteiro, que se posicionavam contra ou a favor da estratégia inglesa, era mais do que razoável relacionar as questões bélicas e estratégicas do nosso país com as questões de lá. Essas efemeridades são marcas jornalísticas desses artigos, além da circunscrição ao tamanho do texto.

Ao que parece, a própria escolha dos artigos a se publicar teria sido feita pelo editor, talvez sob supervisão do próprio Euclides, como lemos nesta carta a Firmo Dutra, de 1906: “Um editor português (do Porto) resolveu reunir alguns artigos meus. Dei ao volume o título *Contrastes e Confrontos*. O trabalho está pronto em breve” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 314). Em outra carta, Euclides (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 322) dá a entender que até o título teria sido dado pelo editor:

Um editor português (com a mania do suicídio) reuniu uns vinte artigos meus, pespegou-lhes o título de *Contrastes e Confrontos*, pediu um prefácio ao Bruno – o fantástico Pereira de Sampaio¹ – e arranjou um livro que dentro de 15 dias aqui chegará. Não será bem um livro – mas agradeço ao Joaquim Leitão (o tal descabeçado) o pensamento. Tais artigos são uma espécie de filhos naturais do espírito, mais descuidados, talvez, porém às vezes mais dignos do nosso amor. Hei de mandar-te um exemplar.

O editor português, Joaquim Antunes Leitão, era gerente da Empresa Literária Tipográfica do Porto. Nessa carta a Escobar, um dos grandes amigos e correspondentes de Euclides, em *Contrastes e Confrontos*, aparentemente, teria sido responsabilidade do editor a seleção dos artigos, o nome do livro e a encomenda do prefácio. Na “Nota Complementar”, que aparece na primeira e na terceira edição do volume,² lemos:

¹ O escritor republicano português, José Pereira de Sampaio (1857-1915), usava como pseudônimo o nome Bruno, em homenagem a Giordano Bruno.

² Um exemplar da primeira edição do livro está na Biblioteca Nacional e um da terceira, no Arquivo Nacional. Foi possível verificar algumas transformações sofridas pelo livro que, em suas edições mais recentes, já não conta com a “Nota Complementar” e nem com o prefácio de Bruno Sampaio. Infelizmente não pude encontrar um exemplar da segunda edição para consulta. Consta no catálogo da “Exposição Comemorativa do Centenário de Nascimento de Euclides da Cunha (1866-1966)”, organizada pela

Os vários capítulos de que se compõe o presente volume, são, em geral, artigos esparsos publicados no período de 1901-1904 em diferentes jornaes do Brasil.

As instancias de amigos do autor, que mui judiciosamente entenderam que estas joias litterarias não deviam ficar esquecidas nos periodicos onde tinham sido insertas, devemos a fortuna de poder apresentá-las, reunidas em volume, ao publico ilustrado de Portugal e Brasil.

Ao Exmo. Sr. Dr. Euclides da Cunha agradecemos, penhorados, a deferencia que teve para com a nossa modesta casa, preferindo-a para editora de *Contrastes e Confrontos*.

Porto, Dezembro de 1906.

Os Editores. (CUNHA, 1913, p. 77).

Como podemos ler na nota acima, amigos do autor, juntamente com os editores, teriam selecionado estes artigos e teria cabido ao autor dar aval aos editores para publicação. Na primeira edição de *Contrastes e Confrontos* não temos o “Discurso de recepção” proferido em dezembro de 1906, na Academia Brasileira de Letras que, na terceira edição, de 1913, aparece como o último artigo do volume. Não podemos afirmar se a incorporação desse discurso ao volume teria sido uma intenção do autor ou dos editores.

José Pereira de Sampaio (CUNHA, 1913, p. 6), o Bruno, em seu prefácio, confirma que teria recebido a incumbência de prefaciar o livro, apresentando o autor, a quem já admirava desde a leitura de *Os Sertões*, ao público português:

Só por este motivo e com intuito de tal illucidação a meus conterraneos, é que eu acquiesci à honrosissima incumbencia que benevolmente me foi commetida, pois não me reconheço auctoridade para patrocinar perante os cultos quem, como o dr. Euclides da Cunha, de nenhum amparo carece, nem pelo que toca

Biblioteca Nacional, que o Grêmio Euclides da Cunha possui um exemplar da segunda edição. Na descrição dessa edição, reproduzida nas referências do catálogo, lemos: “acrescentada com o retrato e discurso de recepção do auctor na Academia Brasileira de Letras, e um estudo critico do Dr. Araripe Júnior” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1966, p. 27). O exemplar teria uma dedicatória do autor para Afrânio Peixoto, datada de outubro de 1907. Sendo assim, podemos inferir que o “Discurso de recepção” entrou no livro por ocasião da segunda edição.

ao pensamento, autonomo, pessoal e proprio, nem pelo que diz respeito à forma litteraria, que é insignemente perfeita.

Podemos concluir que a seleção de artigos não teria sido feita pelo autor, mas por ele avalizada: tem-se, assim, a montagem de *Contrastes e Confrontos*. Na edição das *Obras Completas*, de Afrânio Coutinho, o prefácio foi suprimido e não há referência sobre quais edições teriam sido consultadas para a publicação.

Contrastes e Confrontos é qualificado por Euclides não como um livro, mas como um produto de uma escrita mais descuidada, da qual ele gostava. As diferenças entre *Os Sertões* e *Contrastes e Confrontos*, além de outros aspectos, passam por aí. Enquanto o primeiro livro foi submetido ao labor e dedicação próprios de uma escrita mais demorada, em que a prosa era coesa, o último, mesmo que posteriormente tenha tomado a forma de um livro, nasceu de uma escrita jornalística, de textos feitos para serem lidos separadamente e, por isso, sem coesão temática; são frutos de uma escrita mais apressada, sem o tempo necessário de revisão e maturação das ideias expostas, como Euclides (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 379) comenta em carta a Agustín de Vedia, de fevereiro de 1907: “Há dias enviei a V. Exa. um volume do meu último livro *Contrastes e Confrontos*, que tem o único valor de enfeixar artigos esparsos de três meses de jornalismo nos intervalos de minha engenharia trabalhosa”.

No volume *Ensaios e inéditos*, organizado por Leopoldo Bernucci, o capítulo “Contrastes e Confrontos” apresenta outras versões de nove artigos que compõem a edição original. A edição partiu dos manuscritos para apresentar aos leitores as versões enviadas aos jornais, com frases, parágrafos e até títulos diferentes das versões que temos nas edições do livro.

Peru versus Bolívia

O outro livro de Euclides, *Peru versus Bolívia*, é também resultado de uma compilação de artigos publicados no *Jornal do Commercio*. Em carta ao editor português, Joaquim Antunes Leitão, Euclides (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 334) comenta: “Breve enviarei a José Pereira Sampaio um livro (*Peru versus Bolivia*) que improvisei em um mês³ – e nessa ocasião saldarei com o meu bom padrinho, em Portugal, a

³ Entre 9 de julho e 9 de agosto de 1907.

minha velha dívida”. Possivelmente, a dívida era referente ao prefácio de *Contrastes e Confrontos* feito por Pereira de Sampaio. Em carta a Domício da Gama, de agosto de 1907, Euclides (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 337) comenta:

Chegaram aí uns artigos, “Peru versus Bolívia”, que publiquei no Jornal do Comércio? É uma das minhas quixotadas. Constituiu-me, por satisfazer à índole romântica, um cavaleiro andante da Bolívia, contra o Peru. Por quê? Talvez porque a Bolívia... é mulher. De qualquer modo, manda-me dizer a tua impressão sobre o lance.

Mesmo que tenha sofismado em torno da defesa da Bolívia, ele não poderia ter defendido o Peru. A posição diplomática do Brasil na contenda do Acre, à qual Euclides deveria se sujeitar como funcionário do Ministério do Exterior que foi, inclusive, enviado à região em litígio, era favorável à Bolívia; o Brasil considerava que o território do Acre era originalmente pertencente à Bolívia e, por isso, ela poderia tê-lo cedido ao Brasil, como o fez.

O caso é que *Peru versus Bolívia* também é fruto de publicações jornalísticas, ou seja, assim como *Contrastes e Confrontos*, é uma compilação de artigos. O livro possui coesão temática, fazendo um estudo detalhado das cartas geográficas produzidas no Peru sobre as suas fronteiras, chegando à tese final de que o litígio em torno da questão acreana não possuía fundamentação cartográfica, uma vez que somente um mapa estendia os limites do Peru até as margens esquerdas do rio Madeira.

A primeira edição de *Peru versus Bolívia* (consultamos um exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional) editada pela Tipografia do *Jornal do Commercio*, em 1907, começa com uma epígrafe de Victor Hugo (*apud* CUNHA, 1907b, tradução nossa): “Porém, permite-se, até mesmo ao mais fraco, ter uma boa intenção e dizê-la”.⁴ A epígrafe foi retirada do prefácio do primeiro tomo de *La légende des siècles: histoire, les petites épopées*, publicado em 1859. A primeira tradução para o português é de 1956; talvez por se tratar de um poema erudito e cheio de referências, a tradução tenha demorado tanto, e provavelmente Euclides consultou uma edição francesa.

⁴ No original: “...mais il est permis, même au plus faible, d’avoir une bonne intention et de la dire”.

O volume contém dois mapas: o Mapa I, intitulado “esboço do Brasil com um enfoque na zona litigiosa e do território brasileiro do Acre” e o Mapa II, intitulado “um estudo mais detalhado da zona litigiosa”. Os dois mapas estão em preto e branco. O livro apresenta ainda as “Notas adicionais indispensáveis” e o apêndice, com os seguintes documentos: I – Protesta del Peru; II – Contra-protesta de Bolívia; III – Demarcação brasílio-boliviana no Madeira; IV – Demarcação definitiva no Javary (acta). O volume da Biblioteca Nacional contém uma carta manuscrita de Euclides para seu amigo Coelho Neto, datada de 16 de novembro de 1903, que foi editada por Galvão e Galotti na *Correspondência de Euclides da Cunha* (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 189).

Há ainda uma outra primeira edição de *Peru versus Bolívia*, consultada no Arquivo Nacional, que foi editada pela Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, também de 1907. Tal como a primeira e a segunda edição, essa edição contém os mapas, as notas adicionais e o apêndice, suprimindo apenas a epígrafe. Na edição das *Obras Completas*, organizada por Afrânio Coutinho, temos a epígrafe e as notas adicionais, mas não temos os mapas e o apêndice.

Na segunda edição, dirigida por Gilberto Freyre pela Editora José Olympio, de 1939, com uma tiragem de apenas dois mil exemplares, temos a epígrafe, os dois mapas, sendo o primeiro colorido, as notas adicionais e o apêndice. A edição vem acrescida da resenha do livro, “Peru versus Bolívia”, feita por Oliveira Lima (CUNHA, 1939, p. VIII), e publicada n’*O Estado de São Paulo*, em 16 de novembro de 1907:

O sr. Euclides da Cunha tem em si dois motivos de superioridade sobre o commum dos advogados de limites, que são sua proficiência profissional como engenheiro e a sua expressão empolgante como literato. Como engenheiro o lado technico, a argumentação científica, a que um leigo é estranho ou que só pode utilizar como amador, offerece-lhe um terreno sólido sobre que assentar sua exposição política, evitando que ela se torne senão romantica, pelo menos puramente letrada. Como literato, o talento posto em semelhante exposição garante-lhe a somma de leitores que a aridez physica afugentaria.

A listagem dessas diferenças entre as edições, por mais enfadonha que possa ser para o leitor, mostra como *Os Sertões* parece ter sido considerada pelos editores a única obra de Euclides. Pois se temos

acesso, por exemplo, às resenhas desse livro, tanto nas *Obras Completas*, como em volumes à parte (FACIOLI; NASCIMENTO, 2003), o cuidado nas edições dos outros livros não se mostrou o mesmo.⁵ A resenha de Oliveira Lima, que citamos acima, atenta para uma questão que tomou muito tempo e trabalho por parte de Euclides. O crítico faz um juízo muito pertinente do volume, ressaltando seu lado extremamente técnico, combinado com uma exposição sóbria de assuntos que, à época, exigiam muita delicadeza. Euclides, em *Peru versus Bolívia*, faz uma defesa magistral da Bolívia no litígio que envolvia também o Brasil.

Dos três livros pós *Os Sertões*, esse talvez seja o menos considerado e que sofreu mais supressões em suas edições posteriores. Na edição de Bernucci dos *Ensaio e inéditos*, o capítulo sobre *Peru versus Bolívia* foi montado a partir do manuscrito em caderneta. Segundo o editor, provavelmente os volumes da primeira edição do *Jornal do Commercio* foram impressos para doação a amigos e instituições. Já a edição da Livraria Francisco Alves foi feita para venda, não se tendo notícia de exemplares autografados por Euclides. Talvez pelo caráter extremamente técnico do livro, ele tenha sido deixado de lado pelos leitores. O próprio Euclides argumenta sobre o caráter móvel dos rios e, conseqüentemente, dos mapas, o que tornaria seu trabalho rapidamente desatualizado. De qualquer maneira, para quem pretende conhecer um pedaço da história dos mapas sobre a região de conflito entre Brasil, Peru e Bolívia, o livro é uma boa fonte de consulta.

À Margem da História

Talvez por causa da feição originalmente jornalística tanto de *Contrastes e Confrontos* como de *Peru versus Bolívia*, Euclides da Cunha suspeitasse que os críticos tinham razão, e ele só publicara um único livro. Em carta a Escobar, de abril de 1908, ele lamenta ter se tornado um autor de artigos: “Que saudades do meu escritório de folhas de zinco e sarrafos, da margem do rio Pardo! Creio que se persistir nesta agitação estéril não produzirei mais nada de duradouro. Já fiz dois livros e não sei

⁵ *Os Sertões* ganhou uma nova edição crítica, em 2016, organizada por Walnice Nogueira Galvão. Além de reproduzir as páginas das cadernetas de campo e imagens de Flávio de Barros, fotógrafo do conflito de Canudos, a publicação ainda reúne uma extensa fortuna crítica.

sair [*sic*] e ainda sou o autor, dos quantos artigos depois dos *Sertões!*” (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 357).

Insatisfeito com a sua produção, saudoso do escritório em que *Os Sertões* foi escrito, ele acusa a existência tumultuada e instável pela dificuldade de escrita. À época, o autor se dedicava à produção de um livro sobre a Amazônia que teria inspiração no poema de Milton, o *Paraíso Perdido*, alusão feita pelo próprio Euclides. Mas o caso é que *À Margem da História* foi publicado postumamente e também com a utilização de artigos publicados em jornais: “Rios em abandono” foi publicado em 1908 no *Almanack Brasileiro Garnier*, com o nome de “Rio abandonado (o Purus)”; “Da Independência à República” foi publicado em 1906 na *Revista do IHGB*; “Brasileiros” foi publicado em 1907 no *Jornal do Commercio*; e “Martín García” foi publicado com o título de “Martín García, Juícios Críticos”, em 1908, em um volume organizado por Agustín de Vedia, em Buenos Aires; no mesmo volume, saiu o artigo “O primado do Pacífico”. Ou seja, dos doze artigos (ou capítulos) do livro, cinco já tinham sido publicados e mesmo os inéditos possuíam formato e tamanho característicos de artigos de jornal.

Na edição de 1909 de *À Marjem da História*, consultado na Biblioteca Nacional, editado pela Livraria Chardron do Porto, não há prefácio ou apêndice que nos informe melhor sobre sua confecção. Na segunda edição, de 1913, da mesma casa editorial, lemos:

Quando se procedia à composição deste livro, feita sobre o original, a morte, tragicamente, abruptamente, veio roubar-lhe o carinho desvelado, que o autor lhe prestava na sua revisão, atenta a nova grafia da Academia Brasileira. Não podendo portanto ser totalmente feita pelo malgrado escritor, julgamos que a edição nada sofrerá em relação à grafia, não só pela orientação comunicada por Euclides da Cunha, mas também pela acurada atenção prestada à obra depois do fatal acontecimento, que tanto nos contristou. O malgrado escritor reconheceu o cuidado havido, pois que na última carta⁶ que nos dirigiu, datada de 25 de Julho de 1909, diz assim:

“Recebi ontem as provas do livro e hoje as devolvo revistas. Como verão, a nova grafia da Academia continua a perturbar-me

⁶ Esta carta, destinada aos Srs. Lello & Irmão, Livraria Chardron, Porto, datada de 25 de julho de 1909, encontra-se também na compilação feita por Galvão e Galotti (1997, p. 417).

grandemente na revisão. Devo aceitá-la por coerência; mas na realidade atraído por tantos afazeres, não tive tempo ainda de exercitá-la.

As minhas próprias cartas denotam esta desordem gráfica. Em geral, obedeco por hábito. É feição antiga. Felizmente o revisor de V.S. não procede mecanicamente, como quase todos; é realmente homem inteligente, e acautelado – como o demonstram as últimas provas que recebi...”

Os editores. (CUNHA, 1913, p. 26).

Nem a carta de Euclides nem as palavras dos editores elucidam os critérios de seleção dos artigos para a publicação do livro. Uma vez que o autor participou das correções das provas, imaginamos que ele teria selecionado ou avalizado os textos a serem publicados. Na primeira parte, “Terra sem História (Amazônia)” há uma coesão dos temas abordados em torno da paisagem amazônica; o artigo “Judas-Ahsverus” aparece como excerto, o que corrobora a hipótese de que esse texto não entraria na compilação, conforme argumenta Milton Hatoum (2002, p. 318):

é o que mais se desvia de uma análise geográfica ou histórico-social da Amazônia. É como se esse relato fosse um quadro estranho ou dissonante para o próprio Euclides da Cunha, que relutou em incluí-lo no conjunto de seus ensaios amazônicos e o considerou um “excerto”.

Na segunda parte do livro, “Vários Estudos”, a escala da argumentação aumenta, e os textos versam sobre a América e o Pacífico. Na terceira parte, “Esboço de história política”, volta-se o foco para o Brasil e os eventos históricos acontecidos no intervalo entre a Independência e a Proclamação da República. Na última parte, “Estrelas indecifráveis”, temos um artigo sobre astronomia e profecias bíblicas.

Na biblioteca Cecil H. Green Library, da Universidade de Stanford, há uma caderneta com alguns manuscritos do livro. Segundo as pesquisas de Bernucci lançadas em 2018, a caderneta contém um rascunho de “Impressões gerais”, de “O primado do Pacífico” e de “Viação sul-americana”, informação que também foi apresentada por Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha, em artigo de 2009. O estudo de Bernucci faz um cotejamento entre o que está na caderneta e o que saiu em *À Margem da História*, além de analisar as diferenças de versões desses textos, em suas publicações em jornal: uma versão do

primeiro capítulo do livro saiu no *Jornal do Commercio*, de Manaus, em 1905, e do Rio de Janeiro, em 1906. O motivo do primeiro capítulo também foi aproveitado no discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, posteriormente publicado em *Contrastes e Confrontos*. Sobre o artigo “O primado do Pacífico”, Bernucci faz um cotejamento com a sua versão para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 19 de janeiro de 1908. E sobre o artigo “Viação sul-americana”, Bernucci faz um cotejamento do manuscrito com a versão para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 7 de março de 1908.

O livro organizado por Hildon Rocha, *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*, editado pelo Senado Federal em 2000, faz um cotejamento das primeiras edições das obras euclidianas, mas toma como base a *Obra Completa* organizada por Afrânio Coutinho que, conforme mencionamos, suprime muitas informações contidas nos livros. No intuito de reunir toda a produção euclidiana sobre a Amazônia, o organizador seleciona artigos que versam sobre essa temática em *Contrastes e Confrontos*, *À Margem da História*, *Peru versus Bolívia* e no Relatório da Comissão Mista. Além disso, temos a entrevista sobre a missão diplomática, publicada no *Jornal do Commercio*, de Manaus, em 29 de outubro de 1905; a resenha “Fronteira Sul do Amazonas, questão de limites”, do livro, de mesmo título, de Manuel Tapajós, publicado em *O Estado de São Paulo* em 14 de novembro de 1898; o prefácio de *Inferno Verde*, livro de Alberto Rangel, de 1908, e o artigo “Entre os seringais”, publicado na revista *Kosmos* em 1906.

Sobre esse último artigo, cabe comentar que Plácido de Castro (PREFEITURA DO ALTO ACRE, 1907, p. 17) acusa Euclides de plágio, como vemos no relatório de 1906, apresentado ao então Ministro da Justiça, Augusto Tavares de Lyra:

Fomos nós, entre outros, quem lhe prestou o maior contingente para o trabalho depois publicado.

Em outubro de 1905, a bordo do vapor Rio Branco, da Companhia Amazônia, teve o Dr. Euclides da Cunha a franqueza de nos confessar a sua alheação dos nossos costumes e, nessa ocasião, pediu-nos, lhes fôcessemos algumas informações, ao que nos promptificamos em acceder ao seu pedido, escrevendo em sua própria carteira de notas uma ligeira monographia, onde procuramos discriminar, sem preocupação de forma, a vida do singelo industrial – o extrator da borracha. Mais tarde vimos as

nossas despreziosas notas publicadas no Kosmos; vinham, então, revestidas de flores de estilo, numa linguagem burilada e castiça, mas, muito a pesar nosso, profundamente truncadas e extremamente adulteradas. Torceu-nos por completo o Dr. Euclides da Cunha as nossas informações para vir despertar a piedade do público com as vivas cores do quadro em que pretende descrever o proletariado, os indivíduos desfigurados, os cadáveres ambulantes torpemente explorados pelos proprietários – cruéis esbanjadores dos desgraçados seringueiros. Só o nosso croquis da caprichosa distribuição das estradas de seringa escapou ileso à maldade do ilustre escritor.

Mesmo que não se possa confirmar a acusação de plágio, o incômodo maior de Plácido de Castro é referente à torção que Euclides teria realizado, tanto nas palavras quanto nos argumentos. De fato, para Euclides os patrões são os grandes exploradores, enquanto para Plácido de Castro, “proprietario e seringueiros são ‘indignadamente explorados’, mas pelo Governo Federal” (PREFEITURA DO ALTO ACRE, 1907, p. 18). Euclides teria uma visão curta, mais preocupada em enxertar “flores de estilo” na prosa do que em problematizar a situação para além dos limites do seringal. Plácido de Castro tinha razão já que, com a decadência da exploração, muitos patrões e casas de aviamento faliram. A estetização da pobreza, realizada através dos floreios na prosa, figurava os seringueiros como cadáveres ambulantes, e não ajudava a reverter a situação denunciada. Isso acaba por colaborar com uma espécie de cárcere discursivo em que os seringueiros são mantidos: sempre abandonados, miseráveis, sofrendo de indigência e paludismo. Essa imagem é aproveitada posteriormente por vários autores, como Mário de Andrade, em seu “Acalanto do Seringueiro”, de 1927.

O Livro e o Álbum

Finalizo esse texto me detendo sobre a potência do Livro em Euclides da Cunha. Ou, talvez fosse melhor dizer, refletindo sobre o fracasso do Livro em Euclides da Cunha: a obra como vontade, a obra fantasiada, a fantasia da fabricação de um objeto, para usar termos de Roland Barthes (2005). Sem querer empreender uma inquirição sobre a falência das intenções do autor, vamos perscrutar o contorno dessa obra que não se realizou, ou dessa fantasia que tangenciava as obras que de

fato aconteceram. Em *A preparação do romance*, Barthes (2005, p. 99, grifo do autor) comenta sobre a fantasia da obra:

Que fantasia tem aquele que quer escrever, com relação à obra a ser feita? Sob que espécie ele a vê? O que, nela, lhe dá vontade, de tal modo que essa vontade possa (pois tudo reside nisso) se transformar pragmaticamente em trabalho completo (e paciente)? Por outras palavras, que *imagem-guia* escolherá ele para “colocar” em seu programa a Obra a ser feita?

Poderíamos usar um trecho da carta que Euclides da Cunha (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 266) escreveu para Coelho Neto como resposta a Barthes:

Não te direi os dias que aqui passo, a aguardar o meu deserto, o meu deserto bravio e salvador, onde pretendo entrar com os arremessos britânicos de Livingstone e a desesperança italiana de um Lara, em busca de um capítulo novo no romance mal-arranjado desta minha vida. E eu já devia estar dominando as cabeceiras do rio suntuoso, exausto nos primeiros boleios dos Andes ondulados. [...] Nada te direi da terra e da gente. Depois, aí, e num livro: *Um Paraíso Perdido*, onde procurarei vingar a Hiloe maravilhosa de todas as brutalidades das gentes adoidadas que a maculam desde o século XVIII. Que tarefa e que ideal! Decididamente nasci para Jeremias destes tempos. Faltam-me apenas umas longas barbas brancas, emaranhadas e trágicas.

Sempre me intrigou a curiosidade dos críticos de Euclides da Cunha em relação ao seu não-livro ou projeto de livro, *Um paraíso perdido*. Na vasta bibliografia crítica sobre o autor, podemos encontrar a referência ao paraíso (de fato perdido, uma vez que nunca realizado) euclidiano tanto em nomes de artigos, quanto em nomes de livros. Na ânsia de preencher o vazio de uma obra não realizada, mas desejada (certamente pelos leitores, mas, podemos supor, também pelo próprio Euclides), talvez tenhamos refletido pouco sobre a sua não-realização. Se os projetos de Mallarmé e Flaubert⁷ sobre um livro a ser escrito foram

⁷ Barthes (2005, p. 106) reflete sobre os projetos de obra de Mallarmé e Flaubert em *A preparação do romance*. Diferentemente de Euclides da Cunha, que só fez menções abstratas ao livro que pretendia escrever, os dois autores franceses redigiram planos de obra, o que permite ao leitor mais possibilidades de imaginar as obras fantasiadas.

acatados pela crítica especializada, por que relutamos em acatar o não-livro euclidiano? Por que insistimos em preencher esse vazio supondo os textos que poderiam integrar esse volume?⁸

O título da possível obra é intrigante: *Um paraíso perdido*. Paraíso é uma palavra persa referente aos parques e jardins, cercados, dos reis. A Amazônia não poderia ser um paraíso, nem um parque ou um quintal, pois esses últimos, mesmo que se possa perder de vista os seus limites, possuem um contorno delimitado. Ainda que a floresta seja um jardim de deus (outra acepção possível para a palavra paraíso), é um paraíso incompleto, pois está em construção, é sem limites, sem previsibilidade, sem fim.⁹ Não obstante, o “um paraíso” euclidiano vem acompanhado do adjetivo “perdido”, reiterando, novamente, essa previsibilidade impossível (e atestada por Euclides) da floresta. Concomitantemente, se o paraíso se perdeu (ou foi sempre perdido), do livro a ser feito tem-se apenas a *imagem-guia*: não temos sequer um projeto ou um programa.

Antes de chegar na Amazônia, Euclides já imagina o livro a escrever. A ideia é repetidamente anunciada:

Se escrevesse agora esboçaria miniaturas do caos incompreensíveis e tumultuárias, uma miniatura formidável de vastas florestas inundadas e de vastos céus resplandcentes. Entre tais extremos está, com as suas inumeráveis modalidades, um novo mundo que me era inteiramente desconhecido... Além disso, esta Amazônia recorda a genial definição do espaço de Milton: esconde-se a si mesma. O forasteiro contempla-a sem ver, através de uma vertigem. Ela só aparece aos poucos, vagarosamente, torturantemente. (GALVÃO; GALOTTI, 1997, p. 268-269)

⁸ A referência ao “Paraíso Perdido” euclidiano é comum entre os críticos. Leandro Tocantins publica *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido* em 1966. Alguns anos mais tarde, Hildon Rocha organiza *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*, editado pelo Senado Federal em 2000, volume em que a maior parte da produção euclidiana sobre a Amazônia está reunida. Francisco Foot-Hardman aproveita o empuxo euclidiano para compor um livro de ensaios sobre os textos amazônicos de Euclides em *A vingança de Hileia – Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna*, publicado pela Editora da UNESP em 2009. Outros volumes poderiam ser citados além desses, mas esses três já formam uma boa amostra do interesse da crítica em preencher a não-obra euclidiana.

⁹ Jean-Luc Nancy (2003, p. 102-103), em *Au fond des images*, faz várias considerações sobre as diferenças etimológicas de “jardim”, “paraíso”, “parque” e “horta”.

“Se escrevesse agora” – pois não se escreveu agora? Eis aí encenada a “responsabilidade da forma”: a escritura não só como instrumento de uma mensagem, mas também como um “jogo das palavras de que ela é o teatro” (BARHTES, 2013, p. 17). A escritura repete um espaço que se esconde de si mesmo, como referência ao *Lost Paradise*, de Milton; mas se esse espaço está sempre perdido, ele não pode existir a não ser como fulgor... o paraíso perdido exatamente por nunca ter sido achado.

Mesmo que descrevamos as diferenças entre *Um paraíso perdido* e as obras de fato realizadas (sem entrar no mérito de lidarmos com fracassos da *imagem-guia*), Barthes (2005, p. 103, grifos do autor) poderia dizer que “a obra não permite o reencontro de seu ponto de partida, a figura de seu *empuxo* = imagem que esteve diante do autor, que ele desejou e cujo desejo lhe permitiu passar do *escrever* ao *escrever alguma coisa*”. Esse empuxo euclidiano, do paraíso que se perdeu, deveria, então, permanecer perdido. Paradoxalmente, é um reencontro entre a obra e a imagem da obra, através do que não se concretiza. Quer dizer, a proposta de vingar a Amazônia escrevendo um livro sobre a sua perdição talvez só pudesse se realizar como imagem-guia, como proposta irrealizável de um livro: “Em geral, ou se encontra um ótimo título e não se faz o livro ou faz-se o livro sem título e aceita-se afinal, por cansaço, um título neutro”, diria Barthes (2005, p. 270).

Se a *imagem-guia* poderia abastecer a ideia do livro porvir, durante a viagem, pequenas imagens promovem a passagem da potência do escrever para escrever alguma coisa. Um outro empuxo euclidiano é a visão do rio Amazonas, no estuário do Pará, o princípio e o fim da floresta. Sobre essa imagem, lemos: “Calei um desapontamento” (CUNHA, 1966b, p. 204) ou ainda “o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, [...] é antes um desapontamento” (CUNHA, 1966a, p. 223). Se a visão do rio prometia a possibilidade de escrever alguma coisa, mesmo que fosse algo como “a minha visão do Amazonas”, o desapontamento e o anúncio do fracasso fazem com que Euclides escreva. Ele não consegue ver o rio, não consegue admirá-lo, mas se debruça sobre seu caderno de notas e descreve:

alinhei nas fôlhas da carteira os mais peregrinos adjetivos, os mais roçantes substantivos e refulgentes verbos com que me acudiu caprichoso vocabulário... para ao cabo dêsse esforço rasgar as páginas inúteis onde alguns períodos muito sonoros bolhavam, empolando-se, inexpressivos e vazios. (CUNHA, 1966b, p. 204)

Mesmo sem conseguir admirar uma paisagem que tanto desejara conhecer, o autor escreve; ao desviar-se do lugar comum de louvor e admiração à foz do Amazonas, inscreve a perda e o fracasso. Os períodos bolhosos são mencionados, mas foram rasgados. O artifício retórico do discurso que lemos é resultado dessa tentativa fracassada que impulsionou novas páginas que, por sua vez, não seriam vazias e inexpressivas como as que escrevera anteriormente.

Nessa cena, a escrita e a viagem aparecem intimamente ligadas a um desejo de compreensão e, por conseguinte, de admiração. Se o que ele via “era dúbio e incaracterístico” (CUNHA, 1966a, p. 207), a escritura (no sentido barthesiano, como um abalo que faz vacilar o conhecimento e o sujeito¹⁰) assume o *vazio de fala* como produto: não é possível se orientar em territórios abismáticos. A “superfície líquida, barrenta e lisa” (CUNHA, 1966b, p. 204) que confunde terra, céu e água, tomaria a forma de seu vazio – funcionando como “um desejo de resolver a contradição e de amalgamar o saber e a escritura” (BARTHES, 2005, p. 120).

O livro a ser feito, que se chamaria *Um paraíso perdido*, e a visão do grande rio (que, entretanto, não se vê) funcionam como empuxos para a produção euclidiana. Mesmo que a ideia do livro tenha sido voluntariamente abandonada, a forma fantasiada funcionou como um fantasma, assombrando, com a potência do fracasso, a escritura em realização. Podemos conjecturar que talvez não fosse somente a fantasia da obra que assombrava Euclides, mas também o fantasma do grande livro, *Os Sertões*, e o não-livro depois dele.

Em *A preparação do romance*, Barthes (2005, p. 130, grifos do autor) apresenta uma definição de Livro: “O Livro é, em sua mais alta concepção (Dante, Mallarmé, Proust), uma representação do universo; o livro é homólogo ao mundo. Querer o Livro, ‘arquitetural e premeditado’, é conceber e querer um universo *Uno*, estruturado, hierarquizado”.

O Livro teria a pretensão de abranger um todo, dando-lhe uma ordenação hierárquica. Por outro lado, o “*Álbum*, à sua maneira, representa pelo contrário um universo não-uno, não hierarquizado,

¹⁰ “A escritura é, em suma e à sua maneira, um *satori*: o *satori* (o acontecimento Zen) é um abalo sísmico mais ou menos forte (nada solene) que faz vacilar o conhecimento, o sujeito: ele opera um *vazio de fala*. E é também um *vazio de fala* que constitui a escritura; é desse *vazio* que partem os traços com que o Zen, na isenção de todo sentido, escreve os jardins, os gestos, as casas, os buquês, os rostos, a violência” (BARTHES, 2007, p. 10, grifos do autor).

disperso, puro tecido de contingências, sem transcendência” (BARTHES, 2005, p. 130, grifo do autor). Para Barthes (2005, p. 130), diante dessas duas formas, é possível recusar “essa dispersão, e por isso mesmo repelir o Álbum, o Diário, pois o Álbum é da ordem do ‘assim’, ‘do jeito que vem’, e implica, no fundo, que se acredite na natureza absolutamente contingente do mundo”. Ou pode-se “acomodar-se à glória dessa dispersão, dessa cintilação, recusando o mito do profundo oposto ao aparente” (BARTHES, 2005, p. 131). Feita a escolha pela escrita, seria necessário decidir sobre a forma, que seria a revelação da filosofia da composição ou seria a resposta à pergunta “em que acredito?”. Barthes (2005, p. 131, grifo do autor) afirma que “a ideia de Livro implica uma filosofia monista (estrutura, hierarquia, *ratio*, ciência, fé, história); a ideia de Álbum implica uma filosofia pluralista, relativista, cética, taoísta etc.”.

Tencionando o argumento de Barthes em torno da produção de Euclides da Cunha, vemos um impulso livresco. A imagem-guia inicial, *Um paraíso perdido*, o demonstra: propõe-se uma interpretação apaixonada da história de um vasto território, conduzindo o argumento central para uma espécie de vingança da própria floresta contra o homem; seria um livro que já possuía um argumento precedente a qualquer observação, uma ideia monológica e predeterminada da floresta: o livro vingador, o paraíso perdido, o *Sertões* da floresta. Mas só há impulso (ou empuxo) livresco, não há realização. O que se produz sobre a Amazônia (seja antes, durante ou depois da viagem) possui um outro caráter, um outro *ethos*, mais classificável como Álbum.

Através dessa análise das publicações de Euclides, poderíamos dizer que o formato Livro, segundo a proposição de Barthes (2005), teria sido alcançado somente em *Os Sertões*, uma vez que os livros posteriores são originários de publicações em jornais; do livro póstumo não temos muitas informações sobre o seu processo de edição, além de algumas alusões em cartas a um livro sobre a Amazônia. Os três livros, então, possuem o formato do Álbum: os textos não são hierarquizados, são independentes uns dos outros, e são originários de publicações dispersas influenciadas por contingências da época.

Devemos considerar, no entanto, que os artigos publicados nos livros posteriores a *Os Sertões*, mesmo tendo o formato do álbum, não escapam de uma aspiração livresca. Em vários artigos, seja em *Contrastes e Confrontos* ou em *À Margem da História*, a aspiração a uma resposta única, a uma solução e uma conclusão definitiva dos assuntos sobre os

quais o autor se debruça é visível. Em suma, apesar de sua produção ter tomado o aspecto formal do álbum, seu conteúdo continua tendendo ao livro, tal qual Barthes (2005) o pensa em *A preparação do romance*.

Apesar de ressaltar a oposição entre livro e álbum, Barthes (2005) afirma que ela é frágil. Quando pensamos nessa oposição a partir do devir da obra a tendência é que todos os livros se tornem álbuns. Para explicar melhor esse ponto, Barthes (2005, p. 133) cita Valéry:

“É estranho como a passagem do tempo transforma toda obra – portanto, todo homem – em fragmentos. Nada de inteiro sobrevive – exatamente como na lembrança, que não é mais do que cacos e só se torna precisa através de falsidades”. O Livro, de fato, está fadado a tornar-se destroços, ruínas erráticas; é como um torrão de açúcar derretido na água: certas partes se achatam, outras permanecem de pé, eretas, cristalinas, puras e brilhantes.

A maioria dos textos sobre os quais falamos neste artigo surgiu em periódicos; são curtos, datados, pontuais. Feitos para serem lidos concomitantemente a outros textos de outros autores, sobre outros assuntos; estão imersos em edições sobre as quais se acumularam muitos outros textos e edições. Ao refletir sobre essas edições, vemos que nada de inteiro sobrevive; trabalhamos com cacos, textos recortados. Barthes (2005, p. 134, grifos do autor), com efeito, nos diz: “O que resta do Livro é a *citação* (no sentido muito geral): o fragmento, o relevo que é *transportado* alhures. [...] O que vive em nós, do Livro, é o Álbum: o Álbum é o *gérmen*; o Livro, por mais grandioso que seja, é apenas a *soma*”.

Referências

BARTHES, Roland. *A preparação do romance*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. v. II.

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

BARTHES, Roland. *O império dos signos*. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Exposição comemorativa do centenário de nascimento de Euclides da Cunha: 1866-1966*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, 1966.

72p., [5]f. de estampas, 24 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1285824/icon1285824.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obra Completa de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1966a. v. I. p. 223-288.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Pôrto: Liv. Chardron, 1909. 309 p.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obra Completa de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1966b. v. I. p. 103-219.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. Prefacio de José Pereira de Sampaio (Bruno). Porto: Emp. Litteraria e Typographica, 1907. xxiii, 257 p., 18 cm.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e Confrontos*. Prefacio de José Pereira de Sampaio (Bruno). 3. ed., acrescentada com o retrato e discurso de recepção do auctor na Academia Brasileira de Letras, um estudo critico do Dr. Araripe Junior e uma noticia biographica de João Luso. Porto: Magalhães & Moniz Editores, 1913.

CUNHA, Euclides da. *Ensaio e inéditos*. Organização de Leopoldo M. Bernucci e Felipe Pereira Rissato. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CUNHA, Euclides da. *O rio Purus*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obra Completa de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1966c. v. I. p. 681-734.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Edição crítica e organização de Walnice Nogueira Galvão. Fortuna crítica de vários autores. Fotos de Flávio de Barros. São Paulo: Ubu Editora: Edições Sesc, 2016.

CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional, [1907?]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/peruversusbolivia.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. 194 p., 23 cm, edição com mapas.

CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *Obra Completa de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1966d. v. I. p. 735-810.

CUNHA, Euclides da. *Perú versus Bolivia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1907a. 210 p.

CUNHA, Euclides da. *Perú versus Bolivia*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues &. 1907b. 210 p. Disponível em: <http://sistemas.stf.jus.br/dspace/xmlui/handle/123456789/652>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2000.

FACIOLI, Valentim; NASCIMENTO, José Leonardo do (org.). *Juízos críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Editora Unesp, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (org.). *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança de Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HATOUM, Milton. Expatriado em sua própria pátria. *Cadernos de Literatura Brasileira: Euclides da Cunha*, São Paulo, n. 13-14, p. 318-339, dez. 2002.

NANCY, Jean-Luc. *Au fond des images*. Paris: Galilée, 2003.

PREFEITURA DO ALTO ACRE. *Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. dr. Augusto Tavares de Lyra, por J. Plácido de Castro*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1907.

TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1992.

Recebido em: 28 de agosto de 2020.

Aprovado em: 18 de fevereiro de 2021.